

Sinserpu condena privatização do Demlurb

A tentativa de privatização do Demlurb pela Administração municipal segue a todo vapor, sem levar em conta as alternativas possíveis em favor da preservação do departamento como bem público. Na véspera do pregão eletrônico para o aluguel de 18 veículos destinados ao Demlurb, o Sinserpu foi comunicado sobre uma proposta da empresa Embrascol, de Goiás, que disponibilizava caminhões compactadores de lixo novos para a venda em um valor global menor que o aluguel.

A iniciativa mobilizou o sindicato na esperança de possibilitar a reversão do processo de privatização da unidade. Para o presidente do Sinserpu, Cosme Nogueira, a proposta contemplaria o principal objetivo da prefei-

tura, que é o de economizar recursos. "A proposta seria de locação por 48 meses, com doação dos veículos ao final do pagamento", informa Nogueira. O valor de cada veículo seria de R\$ 13.147,55.

O pregão, entretanto, transcorreu normalmente dando como vencedora a empresa Lopac que, se os trâmites permanecerem sem obstáculos, passa a alugar os caminhões coletores do Demlurb que mensalmente pagará R\$9,64 mil por caminhão alugado.

O presidente do sindicato esclarece que a intenção da entidade não é defender os interesses de uma empresa específica. "Queremos tornar público que há uma saída para o aluguel dos caminhões. Assim como

recebemos a proposta da Embrascol, outras empresas poderiam oferecer propostas melhores e mais vantajosas. Além disso, com a doação dos caminhões eles se tornarão patrimônio do município", observa.

Sinais de desmantelamento

Nogueira informa que o Departamento de Limpeza Urbana de Juiz de Fora sofre um processo de defasagem tanto em infraestrutura quanto em mão-de-obra. "Atualmente, há uma carência de 50% de funcionários, levando em conta o crescimento da cidade, as aposentadorias e os afastamentos e não há perspectivas de abertura de concurso público para o setor", assinala. O presidente do Sinserpu lembra, ainda, que

há pessoas concursadas para trabalharem no departamento de limpeza urbana que não são chamadas, mesmo com a carência de pessoal. "Isso é uma prova da intenção de desmantelamento do órgão como setor público", denuncia.

Ele lembra que, em reunião com a diretoria do Sinserpu quando era candidato, o prefeito declarou que não tinha intenção de privatizar o Demlurb, mas, agora, age de maneira contraditória. A intenção de privatização do departamento só poderá ser suspensa se o legislativo fizer o impedimento legal. Por esse motivo, o Sinserpu solicitou ao vereador Vanderson Castelar (PT) que interviesse em favor do Demlurb, levando a reflexão à Câmara.

HORA DE REFLEXÃO

Seminário discute alternativas à Amac

Defender as ações desenvolvidas pela Amac e os cargos de seus funcionários. Esse foi o princípio básico dos discursos de todos os conferencistas e participantes do Seminário "Amac, te quero viva", realizado no dia 24 de outubro, no anfiteatro do Instituto Granbery. O evento promovido pelo Grupo Cidadania, formado por Sinserpu, vereadores e funcionários da Amac, teve por objetivo discutir alternativas para instituição, questionada pelo Ministério Público que alega ausência de natureza jurídica definida. Visou, ainda, o esclarecimento dos funcionários sobre o impasse gerado.

Especialistas, advogados e professores da Faculdade de Direito e Serviço Social da UFJF abordaram a importância da Amac e o motivo pelo qual foi criada.

Fundação de Direito Público, Fundação Estatal de Direito Privado e Organização Social (OS), alternativas possíveis à Amac, foram apresentadas respectivamente pela advogada do Sinserpu, Elisângela do Nascimento, pelo professor Nilson Leão (UFJF) e Sheila Brasileiro (Associação dos Procuradores Municipais).

Elisângela esclareceu que a Fundação de Direito Público defen-



EM ESTADO DE ALERTA: FUNCIONÁRIOS LOTAM AFITEATRO DO GRAMBERY

dida pelo Sinserpu, não possui fins lucrativos, recebe recursos do governo e por esse motivo, se sujeita à sua fiscalização. Ela citou como exemplo de fundação nesses moldes, a Funai, e a Funasa em nível federal e Funafa e Mapro, municipais. A advogada ressalta que a proposta exige concurso público para o acesso de funcionários, porém, o sindicato defende a manutenção de quadros permanentes extintos quando vagassem, onde se enquadrariam os trabalhadores admitidos antes da transformação da entidade.

Informando ser apenas expositor e não defensor da proposta,

Nilson Leão esclareceu que Fundação Estatal de Direito Privado possui autonomia financeira e pode contratar trabalhadores pelo regime CLT, o que significa ausência de estabilidade para o trabalhador. As decisões nesse caso são tomadas por um Conselho Administrativo. Esse tipo de fundação só poderá vigorar com a aprovação de um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional e que por enquanto está arquivado.

Organização Social (OS), por sua vez, é uma qualificação dada às entidades privadas sem fins lucrativos que exercem atividade de interesse público.

Esse título permite que a organização receba recursos e administre serviços do poder público após contrato de gestão. Os funcionários da OS também são regidos pela CLT.

Juiz do trabalho aposentado e idealizador da Amac quando atuou como secretário de Negócios Jurídicos, no início da década de 80, Ivan Gaudereto sustenta que a Amac não é uma fraude e que no máximo pode ser considerada um órgão pára-estatal. Para ele o problema criado em torno da Amac é fruto de vaidade. "Defendo a Amac tal como foi concebida e com ajustes pontuais."



BUSCANDO APOIO: SINSERPU QUER AJUDA DA CÂMARA NO COMBATE AO DESMANTELAMENTO DE ÓRGÃO PÚBLICO

Sindicato pressiona CONTRA PRIVATIZAÇÃO do Demlurb

Com objetivo de salvar o Demlurb da privatização, o Sinserpu apresenta alternativa para o aluguel de caminhões, uma das práticas que levam ao fim do vínculo do Executivo com a limpeza urbana. Às vésperas do pregão eletrônico para o aluguel de 18 caminhões destinados ao departamento, dia 10 de novembro, o Sinserpu foi informado da existência de uma empresa interessada em vender

veículos por um valor global menor que o aluguel. O sindicato comunicou o fato à Câmara Municipal, uma vez que o Legislativo tem prerrogativa para impedir o processo de privatização do Demlurb. O Sinserpu denunciou, ainda, o desinteresse da Prefeitura em garantir boa infraestrutura ao órgão que carece de mão-de-obra, enquanto concursados não são convocados.

ESPECIALISTAS
DEBATEM
CASO AMAC

PÁGINA 4

NOVA FEDERAÇÃO.
CONHEÇA
A VERDADE

EDITORIAL, PÁGINA 2

SAIBA UM
POUCO
MAIS SOBRE
JOÃO BATISTA
LEONEL,
DA EMPAV

PÁGINA 3

PÁGINA 4